OBSERVATÓRIO
GRITO DA CULTURA

OPERAÇÃO DESMONTE

Análise dos impactos da exoneração dos comissionados na Secretaria de Estado da Cultura

Espírito Santo | 2026

OBSERVATÓRIO
GRITO DA CULTURA

REALIZAÇÃO:

CUCA
ASSOCIAÇÃO CULTURA CAPIXABA

GRITO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral e de pesquisa
Karlili Trindade

Pesquisadores
Karlili Trindade
Maurílio Gomes

Assistente de pesquisa
Gabriela Bertoldo

Revisão
Maurílio Gomes

Produção executiva
Mariana Dionízio

Designer gráfico
Julya Jadjeschi

Web designer
Adriano Smoke

Assessoria de imprensa
Elaine Dal Gobbo
Julia Tiengo Zumerle

SUMÁRIO

Apresentação	5
Levantamento da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura	8
Comissionados	12
Os impactos da exoneração dos comissionados por setor	19
Os montes e desmontes no setor	28
Paulo Hartung (2003-2006 e 2007-2010)	29
Renato Casagrande (2011-2014)	31
Paulo Hartung (2015-2018)	33
Renato Casagrande (2019-2022 e 2023-2026)	36
Ricardo Ferraço (2026)	41
Conclusão	43

APRESENTAÇÃO

No dia 10 de novembro de 2026, a equipe de transição do governador eleito do Espírito Santo Lorenzo Pazolini (Republicanos), anunciou uma medida que prevê a exoneração de todos os servidores públicos comissionados e as gratificações no primeiro dia de governo: 06 de janeiro de 2027. Na matéria publicada pelo portal de notícias g1[1] , a equipe afirma que "a reorganização seguirá as prioridades de Pazolini, com foco na eficiência da administração, na responsabilidade administrativa e na qualidade dos serviços prestados à população". Não foi divulgado se todos os cargos serão ocupados por indicação do novo governo ou se haverá corte na quantidade de cargos.

Em 2022, durante a gestão de Pazolini à frente da Prefeitura de Vitória, surgiu o movimento Grito da Cultura, uma manifestação do setor cultural e de movimentos sociais em defesa das políticas culturais que, mais tarde, se transformou em um movimento estadual. Essas políticas passaram por desmontes, a exemplo da não adesão ao Programa Fundo a Fundo do Governo do Estado do Espírito Santo; da constante mudança na gestão da Secretaria Municipal de Cultura; dos investimentos diretos em eventos e shows, feitos pela administração pública por meio de inexigibilidade; da ausência dos secretários municipais nas reuniões do

1 O conteúdo está disponível no portal g1.globo.com, publicado em 10 de novembro de 2026, no link <https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2026/11/10/governador-eleito-no-es-lorenzo-pazolini-anuncia-exoneracao-de-todos-os-comissionados-em-janeiro.ghtml>.

Conselho Municipal de Cultura; e da manutenção, por alguns anos, de um orçamento insuficiente — e em desacordo com a legislação — para a Lei Rubem Braga (lei de incentivo à cultura da Prefeitura de Vitória). Considerando esse histórico, o anúncio de exoneração geral nos cargos comissionados acende vários alertas que impulsionaram a realização do levantamento que será apresentado a seguir.

O Observatório Grito da Cultura, uma iniciativa da Associação Cultura Capixaba e do Grito da Cultura — movimento das trabalhadoras e trabalhadores das artes e da cultura —, atua na realização de pesquisas, levantamentos e mapeamentos no setor cultural, e no monitoramento e fiscalização das políticas públicas no Espírito Santo. O grupo realizou um estudo do impacto que essa medida de Pazolini pode causar na Secretaria de Estado da Cultura (Secult-ES), a partir de 06 de janeiro de 2027. Desde 2004, quando a secretaria estadual se tornou autônoma, os cargos comissionados representam uma quantidade considerável da equipe de servidores públicos qualificados.


NÃO ACEITAMOS A RETIRADA DE DIREITOS
CULTURA É ECONOMIA MAS NÃO É MERCADORIA
CIDADE MILITARIZADA
VIOLÊNCIA DOBRADA!

LEVANTAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

De acordo com o Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo[2], com levantamento realizado no dia 16 de novembro de 2026, 174 servidores estão ativos na Secretaria de Estado da Cultura e em órgãos vinculados a ela, entre efetivos, comissionados, contratos temporários, estagiários, requisitados e submetidos ao RJU (Regime Jurídico Único). Desse total, 71 são comissionados: 40,8% da equipe. Dentre os comissionados, 19 permaneceram de gestões anteriores às dos governos de Renato Casagrande (PSB) e Ricardo Ferraço (MDB), entre 2019 e 2026. Outros 19 foram nomeados há mais tempo: anos antes da Secult-ES se tornar autônoma, em 1997 e em 2003, e 17 deles entre 2005 e 2018, após sua autonomia.

Desde a criação da secretaria exclusiva para a Cultura, em 2004, esta pode ser a primeira vez em que todos os comissionados serão exonerados, caso se confirme o anúncio feito pela equipe de transição do governador eleito nas eleições realizadas em 2026.

---

2 Foram utilizados os dados disponíveis no portal, levando em conta o órgão de lotação oficial dos servidores. Caso existam divergências nessas informações, cabe ao Governo do Estado saná-las, visto que a prática de manter um servidor lotado em um órgão enquanto atua em outro compromete a lisura e a transparência pública. O Portal da Transparência está disponível em <https://transparencia.es.gov.br/>.

Em todos esses anos, o Governo do Estado do Espírito Santo nunca realizou um concurso público específico para a cultura. Nesse período, foram realizados concursos unificados para a administração pública, com cargos genéricos, a exemplo de Analista do Executivo[3]. Esses cargos foram incorporados à Secult-ES, já os músicos da Orquestra Sinfônica do Estado do Espírito Santo (Oses) foram efetivados em concurso público aberto, a exemplo de 2005, o último realizado[4] para incluir novos membros à Orquestra. Atualmente, os servidores efetivos ocupam, em sua maioria, cargos genéricos ou cargos específicos para a Orquestra.

Entre os cargos ativos da Secult-ES, além dos servidores que ocupam cargos efetivos existem mais cinco vínculos. São eles:

Submetidos ao RJU (Regime Jurídico Único) – são cargos efetivos, que seguem uma legislação própria, como no caso de alguns músicos que foram contratados em concurso, a partir da criação de uma lei estadual que instituiu uma modalidade de remuneração por subsídio, além do Plano de Carreira para servidores ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra Nível

3 Os últimos concursos estão disponíveis em <https://seger.es.gov.br/Editais_seger>.

4 As informações sobre o concurso público para músicos da Oses está incluída na Lei Complementar 310, de 2004, a mesma que criou a Secult-ES como uma secretaria autônoma. Documenrto disponível <https://leisestaduais.com.br/es/lei-complementar-n-310-2004-espirito-santo-dispoe-sobre-a-alteracao-na-estrutura-organizacional-da-secretaria-de-estado-da-cultura-secult-e-da-outras-providencias>.

Superior, Músico A e Músico B.[5] Mas a maioria foi contratada no ano 2000, quando essa lei complementar ainda não existia (ela é de 2012) e os efetivos do Governo do Estado já eram contratados com essa designação de Regime Jurídico Único (RJU). [6]

Requisitados – são servidores de Prefeituras que passaram a atuar no Governo do Estado do Espírito Santo.

Estagiários– são estudantes, tanto do ensino médio quanto do ensino superior, que desde 2004 representam um grande número de contratações.

Contratos Temporários – são cargos que atendem a uma necessidade específica e temporal, normalmente criados em Processos Seletivos simplificados. Na Secult-ES, os cargos temporários aparecem a partir de 2024, em decorrência do Processo Seletivo realizado em 2023.[7]

Comissionados – são cargos criados para exercer exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento, marcados pela livre nomeação e exoneração.

---

5 A Lei Complementar 669, de 2012, estabelece os planos de carreira para esses cargos. Disponível em <https://seger.es.gov.br/media/Adm%20Direta%20-%20Lei%20Carreiras/SECULT_lc%20n%20669%20-%202012%20-%20plano%20de%20carreira%20e%20subsdio%20dos%20msicos.pdf>.

6 O Regime Jurídico Único (RJU) para servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, em todos os seus poderes, foi estabelecido inicialmente pela Lei Complementar 46, de 1994, e atualizada pela Lei Complementar 754, de 2013. E está disponível em <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/Lei%20Com.%20n%C2%BA%2046.htm

7 Informações retiradas do portal de notícias agazeta.com.br, de outubro de 2023, e disponíveis no link <https://www.agazeta.com.br/concursos/secretaria-de-cultura-do-es-abre-selecao-com-salario-de-ate-r-51-mil-1023>.

Não têm estabilidade, por isso são frequentemente substituídos a cada governo. Os comissionados representam grande parte do trabalho qualificado da Secretaria de Estado da Cultura, em funções como as de secretário, subsecretários, gerentes, assessores técnicos, chefes, supervisores, diretores, dentre outros que são essenciais para o andamento e a continuidade das políticas públicas.

Quantidade de servidores, por tipo de vínculo (cargo), alocados na Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult-ES)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo.*

Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.

Vínculo	Quantidade
Efetivos	45
Submetido RJU	10
Requisitado	02
Estagiário	22
Contrato temporário	24
Comissionados	71

As funções sem estabilidade representam 68,39% da equipe da Secretaria de Estado da Cultura, no Espírito Santo. Os efetivos representam, considerando efetivos e submetidos ao RJU, 31,61% do total de servidores alocados na Secult-ES. Isso significa que, a cada troca de governo, a secretaria estadual pode sofrer com mudanças de gestão e, consequentemente, resultar na troca ou na extinção de quase 70% do quadro de servidores públicos. Não existe possibilidade de continuidade de trabalho, na realização de ações e atividades já firmadas com a sociedade, além do funcionamento de espaços culturais ligados à Secult-ES, em um cenário com tanta instabilidade e informalidade, em que os postos de trabalho e a qualificação da equipe são decisões e disputas políticas, sujeitas a uma decisão que defende a exoneração do quadro total de servidores públicos comissionados.

Importante atentar para o fato de que os servidores efetivos, com exceção dos músicos da Oses, são cargos genéricos, sem exigência de um conhecimento prévio do setor ou experiência profissional comprovada para ocupar a vaga, visto que os concursos públicos foram realizados para servir a administração pública como um todo, não sendo realizados concursos para funções específicas da Secretaria de Estado da Cultura.

COMISSIONADOS

Os cargos comissionados, 71 ocupados atualmente, representam a equipe qualificada que opera a Secretaria de Estado da Cultura e suas obrigações, sendo direcionados para os serviços administrativo, financeiro, de comunicação, em espaços culturais, de políticas públi-

cas e no atendimento aos trabalhadores da cultura. O secretário e subsecretários também são cargos comissionados, alterados a cada mudança de gestão do governo estadual, sendo mantidos em alguns governos de reeleição. O mesmo pode ocorrer com outros cargos de confiança, a exemplo de coordenadores, diretores, gerentes, supervisores, assessores técnicos, entre outros. Porém, desde a criação da Secult-ES, em 2004, 19 cargos seguem ocupados pelas mesmas pessoas, mesmo com as mudanças de governadores, com servidores que entraram na Secult-ES no período entre 1997 e 2018.

Ou seja, mesmo diante das alternâncias de gestão no governo estadual, de quatro em quatro anos, e da criação de uma secretaria exclusiva para a Cultura, em 2004, alguns servidores foram mantidos em seus cargos comissionados. O que nos leva a refletir que a Secretaria de Estado da Cultura não possui um quadro de servidores efetivos em número suficiente para o seu funcionamento. Manter uma parte desses profissionais é uma compreensão lógica diante de um cenário de instabilidade de carreiras e da necessidade de continuidade das políticas públicas do setor cultural, independentemente de quem está no Governo. Por isso, o anúncio de uma exoneração total afeta a efetividade e a própria existência das políticas culturais, assim como a operação do órgão gestor e a transparência de sua condução.

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Função	Setor de Lotação Atual	Ano exercício
Supervisor I	Assessoria de Comunicação	05/04/2016
Assessor Especial Nível I - Qce-04	Gabinete Secretario	11/10/2007
Assessor Especial Nivel Iv Qce-03	Gabinete Secretario	26/01/2011
Secretário Executivo	Gabinete Secretario	05/03/2015
Supervisor I	Gerência de Convênios e Parcerias	08/12/2011

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Gerente Qce-03	Gerência de Convênios e Parcerias	02/06/2018
Gerente Qce-03	Gerência de Economia Criativa	04/03/2008
Diretor Espaço Cultural I	Gerência de Espaços e Articulação Cultural	08/02/2013
Gerente Qce-03	Gerência de Espaços e Articulação Cultural	22/09/2009
Diretor Espaço Cultural Ii	Gerência de Espaços e Articulação Cultural	02/08/2012
Assessor Especial Nivel Ii - Qce-05	Gerência de Fomento à Cultura	21/06/2018

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Gerente Qce-03	Gerência de Fomento à Cultura	27/06/2013
Assessor Especial Nível Ii - Qce-05	Gerencia de Memoria e Patrimonio Cultural	16/01/2018
Supervisor I	Grupo de Administração	27/06/1997
Supervisor I	Grupo de Administração	25/06/2007
Chefe Grupo De Adminis-tração Qce-05	Grupo de Administração-	01/03/2005

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Chefe Grupo Financeiro Setorial Qce-05	Grupo Financeiro Setorial	09/06/2003
Supervisor I	Grupo Financeiro Setorial	05/07/2007
Assessor Especial Nível Ii - Qce-05	Secretaria de Estado da Cultura	01/11/2018



Entre os 174 cargos ativos, somando efetivos e comissionados que permaneceram de gestões anteriores a atual (2019-2026)[8], 42,53% da equipe se mantém mesmo diante das mudanças na gestão do Governo.

Não é de conhecimento público se todos os trabalhadores que ocupam esses cargos têm qualificação técnica. Esta nem é a proposta do Observatório Grito da Cultura para este estudo. E também é importante ressaltar que a permanência desses servidores em seus cargos não é garantia de eficiência da secretaria estadual, nem das políticas culturais. Porém, a escassez de estabilidade e continuidade, características da estrutura institucional do setor, faz da manutenção de quase metade da equipe, no mínimo, uma decisão responsável.

Esse nem é o cenário ideal. Afinal, são 22 anos de existência da Secretaria de Estado da Cultura, tempo suficiente para o planejamento e a execução de uma política de estado que assegure concursos públicos para a formação de um efetivo qualificado e técnico, com planejamento a longo prazo que estruture um Plano Estadual de Cultura, além de garantir a estruturação do Sistema Estadual de Cultura e a ampliação do orçamento, com a composição e efetivação de uma política de estado e não de governo.

Em direção contrária, durante essas mais de duas décadas foram criados os cargos de Contratação Temporária e os convênios com Organizações da Sociedade

8 Renato Casagrande (PSB) foi eleito governador em 2018, assumindo o Governo do Espírito Santo em 2019, sendo reeleito ao cargo nas eleições de 2022. Ele saiu do comando do governo estadual em abril de 2026, para concorrer ao cargo de senador nas eleições deste ano, com o vice-governador Ricardo Ferraço (MDB) assumindo a gestão estadual a partir de então.

Civil (OSC) para gerir espaços e políticas públicas. Por sinal, a partir do primeiro governo do retorno de Renato Casagrande (2019-2022), os convênios com OSCs e o número de servidores públicos com contratos temporários foram ampliados, no Espírito Santo. Essa prática, inclusive, se tornou rotineira na administração pública em todo o país, e cria relações de trabalho ainda mais fragilizadas e precárias, sujeitas às dinâmicas e gestão dessas organizações. Ressaltamos, enfim, que o compromisso das OSCs não é com as políticas públicas, mas apenas com a prestação de serviços.

Ao longo da história das políticas culturais contemporâneas no Espírito Santo, a descontinuidade foi conduzida de diversas maneiras, com o sucateamento e o esvaziamento do órgão gestor, com a contratação de equipe desqualificada, com a redução orçamentária e com a ausência de autonomia, mesmo com a Secult-ES sendo uma secretaria estadual exclusiva. Mas é a primeira vez que esse movimento de mudança de gestão nos coloca de frente a um desmonte sem precedentes na história. Exonerar todos os comissionados pode significar a extinção da da Secretaria de Estado da Cultura, e sem precisar de votação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales).

OS IMPACTOS DA EXONERAÇÃO DOS COMISSIONADOS POR SETOR

Conforme exposto anteriormente, a Secult-ES tem atualmente 174 servidores ativos. Utilizando a mesma base de dados, foi realizado o levantamento para análise de quantitativos em cada setor da secretaria estadual, com o intuito de identificar os possíveis impactos

da exoneração dos comissionados sobre o funcionamento de cada área.

Os dados evidenciam que alguns desses setores podem ser mais impactados que outros, com o fim total dos comissionados. Há situações como a do setor de Assessoria de Comunicação, que conta atualmente com seis (6) servidores, sendo quatro (4) comissionados e dois (2) estagiários. Ou seja, na hipótese de exoneração, o setor passaria a contar exclusivamente com os estagiários, estudantes ainda em formação e vinculados a contratos temporários, com prazo determinado e sem possibilidade de prorrogação, em regra. Na prática, isso significa a ausência de servidores efetivos ou de profissionais com vínculo permanente para assegurar a continuidade das atividades de comunicação da secretaria.

Situação semelhante é identificada em mais sete setores: Conselho Estadual de Cultura, Gerência de Fomento à Cultura, Gerência de Incentivo à Cultura, Gerência do Sistema Estadual de Cultura, Grupo de Administração, Grupo Financeiro Setorial e Núcleo de Informática. Neles, a exoneração total dos cargos comissionados resultaria em setores compostos apenas por contratos de estágio ou temporários. A Gerência de Formação Livro e Leitura manteria apenas um (1) servidor efetivo, de um quadro original composto por 18 servidores; enquanto a Gerência de Territórios e Diversidades permaneceria com dois (2) efetivos, anteriormente composta por nove (9) servidores.

Nota-se que setores responsáveis por atividades essenciais à execução e gestão das políticas culturais têm números insuficientes de servidores efetivos para

assegurar a continuidade de seus trabalhos, passando a depender de vínculos temporários ou, exclusivamente, dos contratos de estágio.

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Assessoria de Comunicação - Secult	4	0	0	2	0	0	6
Conselho Estadual de Cultura - Secult	1	1	0	0	0	0	2
Gabinete Secretário - Secult	3	0	1	0	0	0	4

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Gerência de Administração Geral	2	1	0	0	0	0	3
Gerência de Convênios e Parcerias	2	0	0	0	0	0	2
Gerência de Economia Criativa	3	2	1	1	0	0	7
Gerência de Espaços e Articulação Cultural	15	2	4	7	1	0	29

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Gerência de Fomento à Cultura	3	2	0	2	0	0	7
Gerência de Formação Livro e Leitura	8	2	1	7	0	0	18
Gerência de Incentivo à Cultura	2	4	0	0	0	0	6
Gerência de Memória e Patrimônio Cultural	2	1	8	1	0	1	13

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Gerência de Territórios e Diversidades	3	2	2	1	1	0	9
Gerência do Sistema Estadual de Cultura	2	2	0	0	0	1	5
Grupo de Administração - Secult	7	2	0	0	0	0	9
Grupo de Recursos Humanos - Secult	1	1	2	0	0	0	4

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Grupo Financeiro Setorial - Secult	3	1	0	0	0	0	4
Grupo Planejamento Orçamento - Secult	0	0	1	0	0	0	1
Núcleo de Informática - Secult	2	0	0	1	0	0	3
Orquestra Sinfônica Espírito Santo (Oses) - Secult	1	0	16	0	6	0	23

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Secretaria de Estado da Cultura - Secult	3	0	3	0	1	0	7
Subsecretaria de Estado de Gestão Administrativa - Secult	1	0	4	0	0	0	5
Subsecretaria de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura	1	1	1	0	0	0	3

Servidores que ocupam cargos comissionados, na Secult-ES, por mais de uma gestão (entre 1993 e 2018)

Fonte: *Portal da Transparência do Poder Executivo do Espírito Santo. Dados extraídos em 16 de novembro de 2026.*

Setor	Comissionados	Contrato Temporário	Efetivo	Estagiário	Submetido RJU	Requisitado	Total de Servidores por Setor
Subsecretaria de Estado de Políticas Culturais	2	0	1	0	1	0	4
Total de servidores							174
Total de servidores após exoneração de comissionados							103

Além da análise específica de cada setor, nota-se que o cenário geral também apresenta redução expressiva da capacidade operacional. Dos 103 servidores que permaneceriam após exoneração, 22 são estagiários e 24 possuem contrato temporário. Desconsiderando esses vínculos, restariam apenas 57 servidores, de um quadro original de 128 servidores (exclusivamente os efetivos, os submetidos ao Regime Jurídico Único, os requisitados e os comissionados). Isso significa que a secretaria manteria apenas 44,53% do quadro original, representando uma redução de aproximadamente 55,47% de sua força de trabalho.

OS MONTES E DESMONTES NO SETOR

O levantamento realizado pelo Observatório Grito da Cultura apresenta como marco das políticas culturais contemporâneas a criação da Secretaria de Estado da Cultura[9], pela Lei complementar nº 310, de 30 de dezembro de 2004. Desde a criação, o Governo do Estado do Espírito Santo passou por um período de alternância entre a gestão de Paulo Hartung (PSD) e a de Renato Casagrande (PSB), com avanços e retrocessos.

9 Disponível em < https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lec3102004.html#a2>.

PAULO HARTUNG (2003-2006 E 2007-2010)

Durante a gestão de Paulo Hartung (2003-2006 e 2007-2010)[10], é criada a Secretaria de Estado da Cultura, em 2004, com a Cultura tendo uma secretaria estadual só para ela, o que também pode ser identificado como uma secretaria direta do governo estadual. No primeiro ano de sua segunda gestão, em 2007, foi realizada a modernização da lei e reestruturação do Conselho Estadual de Cultura (CEC), que ainda teve uma atualização no final desse governo, em 2010[11]. A reestruturação estabeleceu a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, além das eleições setoriais, que significam a eleição de conselheiros por seus segmentos. A Lei também determinou o papel deliberativo em caráter fiscalizador do Conselho.

Ainda nessa gestão, no ano de 2008, o governo de Paulo Hartung instituiu a criação do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura)[12], por meio da Lei Complementar 458, e que passou a funcionar em 2009. Já em 2010, o Governo do Estado do Espírito Santo iniciou as obras de construção do Cais das Artes, que tem nova previsão de conclusão adiada para o primeiro semestre de 2027[13]. Mas esse assun-

10 Paulo Hartung foi eleito em 2002, com a primeira gestão ocorrendo de 2003 a 2006, sendo reeleito nas eleições de 2026 (2027-2010). Ele retornou ao governo cinco anos depois (2015-2018), após as Eleições de 2014.

11 A Lei Complementar (LC) 540, de janeiro de 2010, alterou a LC 421, de 2007, e está disponível em <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec5402010.html>.

12 Disponível em <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20458.html>.

13 A matéria publicada em 13 de novembro de 2026 em agazeta.com.br

to merece uma avaliação à parte, pelo Observatório Grito da Cultura.

Dentro desse período, também foram realizadas duas edições da Conferência Estadual de Cultura (2005 e 2009). A gestão, por sinal, foi marcada pela estruturação institucional e reorganização da Secult-ES, além da reestruturação do CEC - com destaque para uma participação maior da sociedade civil com a criação da paridade do Conselho e a realização das Conferências Estaduais. Outro ponto de referência está na ampliação do orçamento com o lançamento dos primeiros editais do Funcultura, em 2009[14], com um progressivo aumento do valor total em anos posteriores.

Embora o Funcultura se apresente como uma política de financiamento democrática, a criação de um mecanismo de fomento por concorrência alterou a lógica de financiamento para a competição entre os trabalhadores da cultura. O Funcultura, por muitos anos, se tornaria o principal e mais robusto mecanismo de financiamento público. Outra consequência foi a grande concentração de recursos na Capital, uma vez que os trabalhadores tinham mais acesso à informação e aos meios para inscrição.

Antes da criação do Funcultura, o financiamento era direto a corpos estáveis, núcleos de formações como

---

traz informação atualizada pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES), com novo prazo de conclusão total das obras do Cais das Artes estendido para o primeiro semestre de 2027. Disponível no link <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/teatro-do-cais-das-artes-nao-vai-ser-entregue-em-dezembro-veja-novo-prazo-1126>.

14 Os primeiros editais do Funcultura foram lançados em 2009, com orçamento total de R$ 3.239.000,00. DIsponível em: < https://secult.es.gov.br/inscricoes-para-os-editais-continuam-ate-20-d>.

grupos, entidades e instituições[15] que recebiam subvenções contínuas para suas programações. Porém, a política era insuficiente pois não havia um rigor na seleção e prestação de contas, um dos motivos que levou à criação do Funcultura e ao lançamento dos editais, assegurando mais transparência no repasse de recursos.

Os dois primeiros mandatos de Paulo Hartung, no Governo do Espírito Santo, ainda ocorreram em conluio com o sucateamento de espaços públicos culturais, a exemplo do Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, que teve seu fechamento completo em 2009[16]. Um importante e histórico equipamento cultural, patrimônio cultural municipal e estadual, foi negligenciado até o seu fechamento.

RENATO CASAGRANDE (2011 A 2014)

Nos quatro anos seguintes, de 2011 a 2014, o Governo do Espírito Santo passou para a gestão de Renato Casagrande — a primeira dos três períodos que ficou à frente da administração pública estadual, voltando a governar de 2019 a 2026. Durante esse primeiro período, o governo assinou o acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, em 2014[17], criou a lei que institui o Plano Estadual de Cul-

15 Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei81962005.html>.

16 O texto publicado em agazeta.com.br contextualizada o abandono do Centro Cultural. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/editorial/centro-cultural-carmelia-cronica-de-uma-morte-anunciada-0820>.

17 Para aderir ao Sistema Nacional de Cultura, os entes federativos precisavam criar os principais componentes: órgão gestor e CPF da Cultura (Conselho de Cultura, Plano de Cultura e Fundo de Cultura), além de realizar a Conferên-

tura e o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC)[18].

Uma edição da Conferência Estadual de Cultura foi realizada em 2013, resultando em diretrizes que orientaram a criação do Plano Estadual de Cultura, com vigência até 2024. O orçamento do Funcultura continuou sendo ampliado, chegando a R$ 8 milhões, em 2014, somando os recursos federais do Programa Cultura Viva.

O período marca a consolidação do Sistema Estadual de Cultura com a criação e organização dos componentes mínimos necessários ao seu funcionamento. Mas, ao mesmo tempo, ocorreu uma desaceleração na operação dos editais do Funcultura, com atrasos nos resultados, nos pagamentos e na resposta às prestações de contas. O recurso dos editais é ampliado, consequentemente a operação também se amplia, mas aparentemente a secretaria estadual não possuía estrutura institucional para operar o crescimento das políticas públicas e dos recursos. E essa situação se agrava na próxima gestão.

Em 2012, a construção do Cais das Artes[19] foi paralisada, com a falência da construtora responsável pela obra, sendo retomada após a contratação de uma nova empresa, em 2013. O orçamento da obra também so-

---

cia. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/sistema-estadual-de-cultura-2>.

18 Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/10.296.htm>.

19 As mudanças nas obras do Cais das Artes estão melhor apresentadas na matéria do g1. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2012/10/obra-do-cais-das-artes-em-vitoria-esta-parada-ha-quatro-meses.html>.

freu alterações, em relação ao previsto inicialmente, e com a alegação de que seria necessário uma modernização no projeto de 2009.

Ainda durante a primeira gestão de Renato Casagrande, cabe salientar que o contexto político e econômico nacional teve forte influência sobre os estados e municípios. Embora não tenham ocorrido grandes desmontes nas políticas nacionais para a cultura, nesse período, houve uma desaceleração no crescimento orçamentário, acompanhado da rotatividade na gestão do Ministério da Cultura (MinC), o que reduziu o protagonismo da pasta, enfraqueceu políticas — a exemplo do Cultura Viva e do Sistema Nacional de Cultura — e desacelerou os investimentos diretos, ao passo que o orçamento da Lei Rouanet (Lei de Incentivo Federal) crescia. Por fim, nesse momento também houve uma participação maior da iniciativa privada na política pública.

PAULO HARTUNG (2015-2018)

O retorno de Paulo Hartung ao Governo do Espírito Santo (2015-2018) foi marcado por uma crise no setor cultural. Após o anúncio do corte de gastos públicos, os problemas se intensificaram: o que na gestão anterior representava uma desaceleração, nesse período avançou para um desequilíbrio institucional.

A primeira medida do governo foi o corte de 20% nas despesas com cargos comissionados e temporários[20], com a criação de um Comitê de Controle e Redução

20 Mais informações sobre os cortes de gastos realizados pelo governador Paulo Hartung, disponível em: <https://www.portal27.com.br/paulo-hartung-assina-decretos-para-reducao-de-gastos-publicos/>.

dos Gastos Públicos. Também foi anunciado o corte de 75% no orçamento do Funcultura, com redução de R$ 8,5 milhões (valor previsto em orçamento) para R$ 2 milhões. O resultado foi a incapacidade em operar as políticas públicas que vinham sendo ampliadas, com uma equipe reduzida e um orçamento 76,47% menor. Uma combinação que provocou uma ruptura no acordo social, representada por manifestações.

Em resposta, trabalhadores da cultura ocuparam o prédio da Secult-ES em uma manifestação denominada "Ocupa Secult"[21]. Ela durou um pouco mais de uma semana, encerrando a ocupação no dia 04 de maio de 2015, após inúmeras negociações e tratativas, a exemplo da retomada do orçamento do Funcultura.

O esforço seguinte foi manter o lançamento dos editais do Funcultura e alcançar a descentralização dos investimentos com a adoção de regras mais rígidas, na tentativa de evitar a concentração histórica de recursos e de ampliar a diversidade de linguagens e manifestações contempladas nos editais.

Em 2017 foi criado o Mapa Cultural do Espírito Santo[22], com a previsão de mapear dados do setor por meio do cadastro dos trabalhadores da cultura e da inscrição nos editais. Até o momento, havia algum

21 Conteúdo publicado pelo portal g1 traz um histórico do movimento Ocupa Secult, disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/05/artistas-desocupam-secretaria-apos-reuniao-com-governo-no-es.html>.

22 O Governo do Espírito Santo cumpre a lei nº 10.296/2014 com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a criação do Mapa Cultural Estadual. Essas informações estão disponíveis em: https://www.es.gov.br/Noticia/mapa-cultural-do-espirito-santo-sera-lancado-nesta-terca-feira-07>.

esforço em garantir a inscrição por meio do site, mas com etapas presenciais[23].

No ano seguinte, o tema Economia Criativa ganhou destaque na Secretaria de Estado da Cultura por meio da criação do Plano ES Criativo, uma parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para realizar um mapeamento das cadeias produtivas de diversas linguagens artísticas[24].

Houve, também, um investimento maior no audiovisual por meio de uma iniciativa conjunta do Ministério da Cultura (MinC), envolvendo a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e o agente financeiro BRDE, com o programa Arranjos Regionais do Audiovisual[25]. Um cofinanciamento do Fundo Estadual de Cultura e da Ancine/FSA viabilizaram o lançamento de editais específicos para Produção de Longa-Metragem Ficção e Comercialização de Longa-Metragem, com recursos de até R$ 1 milhão.

Mas não houve realização de Conferências Estaduais de Cultura, durante o retorno de Paulo Hartung ao Governo do Espírito Santo, e a participação da sociedade civil no planejamento das políticas públicas ficou comprome-

23 Exemplo de edital do Funcultura que ainda previa inscrição por meio de site, mas a resposta na etapa de recursos era presencial disponível em: <https://secult.es.gov.br/media/2018/EDITAIS%202018/017/Edital%20017%20-%20Circula%C3%A7%C3%A3o%20de%20Espet%C3%A1culos%20Musicais.pdf>.

24 Um dos resultados do Plano ES Criativo é o relatório sobre o segmento do artesanato. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/PublicacoesAnexos/relatorios/Plano_ESCriativo_VF2.pdf>.

25 Mais informações disponíveis em: <https://secult.es.gov.br/editais-2016-2>.

tida. O lançamento dos editais do Funcultura, por exemplo, passaram a acontecer no segundo semestre de cada ano, a partir de 2016, o que significou o atraso de um ano na operação dos editais já que eram lançados no final de cada ano, deixando conclusão da avaliação e o repasse dos recursos para o ano seguinte.

Cabe ressaltar, ainda nessa terceira gestão de Paulo Hartung, que mais uma vez um equipamento histórico, patrimônio cultural da cidade de Vitória e do Estado do Espírito Santo, foi fechado: o Theatro Carlos Gomes ficou com as portas e janelas trancadas entre os anos de 2017 e 2025, para reformas e restauros. Foram quase oitos anos que a Capital capixaba perdeu um dos mais importantes palcos da cultura.

E o cenário nacional, nesse período, também teve grande impacto nas políticas estaduais. O país passava por uma grave crise econômica, que impulsionou uma crise política e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Com isso, a Política Nacional de Cultura passou por um enorme desmonte, culminado com a extinção do Ministério da Cultura, em 2019, e com a descontinuidade de diversos programas e repasses federais.

RENATO CASAGRANDE (2019-2022 E 2023-2026)

De 2019 até 2026, Renato Casagrande se manteve como governador do Espírito Santo. A primeira gestão, nesse período, foi marcada pelo planejamento de mudanças estruturais e estruturantes, com um projeto que prometia modernização na estrutura da secretaria, na comunicação, nos editais e nos programas. O primeiro ano dessa gestão foi de planejamento e manutenção do que estava em curso. Mas em virtude

da pandemia do Covid-19, a atuação da Secretaria de Estado da Cultura foi alterada para os anos seguintes. Houve uma interferência orçamentária emergencial que atingiu todas as áreas.

Em meio a um cenário pandêmico, os orçamentos dos estados e municípios brasileiros contaram com medidas do Governo Federal, a partir de leis emergenciais — Aldir Blanc e Paulo Gustavo — que realizaram repasses na modalidade Fundo a Fundo, destinando recursos do Fundo Nacional de Cultura para os Fundos Estaduais e Municipais de Cultura. A Lei Paulo Gustavo, além do recurso do Fundo Nacional de Cultura, também repassou recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. Já em 2022, foi criada a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que pretende realizar repasses de recursos federais durante cinco anos, com a proposta de se tornar permanente.

As leis emergenciais ainda foram fundamentais para estruturar o Sistema Estadual de Cultura. Mesmo não havendo a obrigatoriedade de ter os componentes em funcionamento, a adesão aos repasses federais estimulou uma organização dos estados e municípios. E o Mapa Cultural do Espírito Santo se transformou na plataforma oficial do governo estadual para abrigar as inscrições nos mecanismos de financiamento.

Também foi um período de dedicação, por parte do Governo do Espírito Santo, no fortalecimento da Lei nº 11.246/2021[26], conhecida como Lei de Incentivo à Cultura Capixaba (LICC) — uma lei de renúncia fiscal.

---

26 Mais informações sobre a LICC disponíveis em: <https://secult.es.gov.br/sobre-a-licc>.

A LICC entra em operação a partir de 2022, com R$ 10 milhões previstos, e chega em 2026 com o valor de R$ 25 milhões. A partir dela, a iniciativa privada passa a ter uma atuação determinante na política de financiamento cultural no Espírito Santo.

O ano de 2021 também foi o de criação do Programa de Incentivo à Economia Criativa no Estado do Espírito Santo[27], com a institucionalização do Programa ES+-Criativo, tendo o HUB ES+ como um dos pilares, além do desenvolvimento de Distritos Criativos.

Mesmo ano em que foi criado o Programa de Coinvestimento da Cultura, o Fundo a Fundo (2021)[28], com transferência Fundo a Fundo na modalidade de repasses de recursos estaduais para as administrações públicas municipais. O programa contempla o uso do recurso para a realização de editais, para a preservação do patrimônio e para o suporte aos espaços culturais independentes. O primeiro ciclo de repasses desses recursos ocorreu em 2022.

A última (2023-2026) gestão do governo de Renato Casagrande apresentou grandes avanços em políticas públicas culturais e na ampliação do orçamento da Cultura, junto com a consolidação de algumas ações e programas. Os editais do Funcultura, por exemplo, chegaram ao valor de R$ 46,85 milhões, em 2025, somado com os valores do repasse federal (recurso da PNAB). Os editais foram modernizados e as informa-

27 Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI114012021.html>.

28 Disponível: <https://secult.es.gov.br/programa-de-coinvestimentos-da-cultura-fundo-a-fundo-2021>.

ções organizadas para facilitar a leitura. E os Arranjos Regionais, com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA/Ancine), tiveram ampliação no recurso.

Foi realizada a Conferência Estadual de Cultura em 2024, e em 2026 a 4ª Teia Estadual de Pontos de Cultura e Memória do Espírito Santo, com a proposta de reunir Pontos e Pontões de Cultura para a retomada da Política Cultura Viva, ainda servindo de preparatório para a 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura — ambas ocorreram na cidade de Aracruz, no Espírito Santo.

Porém, mesmo com a realização da Conferência, o Plano Estadual de Cultura não foi atualizado. Em 15 de outubro de 2025, o governo estadual sancionou a Lei nº 12.597/2025[29], que prorrogou a vigência para 11 de novembro de 2026 (prazo também vencido), como recurso legislativo para manter a segurança jurídica das políticas culturais. O setor perde a oportunidade de construção do Plano e, consequentemente, também perde um espaço de escuta.

A Política Estadual de Cultura Viva (PECV)[30] foi sancionado pela Lei nº 174/2025, prevendo certificação, instrumentos de repasses simplificados e uma gestão compartilhada. Outra lei criada e que tem grande impacto na política Cultura Viva é a de nº 12.725, de 30 de Dezembro de 2025[31] — ela criou o Registro de Bens

29 Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI125972025.html>.

30 Disponível em: <https://secult.es.gov.br/GrupodeArquivos/legislacao-cultura-viva>.

31 Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legisla-

Culturais de Natureza Imaterial, constituindo o Patrimônio Cultural do Espírito Santo, e também instituiu o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial, além de três Políticas Estaduais: a de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, a de Registro do Patrimônio Vivo Capixaba e a de apoio a Festas e Celebrações do Patrimônio Imaterial, entre outras providências.

Os últimos anos também foram de conclusão de obras para alguns equipamentos culturais: o Theatro Carlos Gomes e o Cais das Artes tiveram suas obras concluídas ou parcialmente concluídas, e já realizam atividades voltadas ao público. Já o Centro Cultural Carmélia segue em obras, mas no início do mês de novembro de 2026 recebeu um Festival de Música.

A última gestão (2023-2026) de Renato Casagrande (PSB), em comparação com as anteriores, apresentou alguns avanços para a Cultura do Espírito Santo. Os principais exemplos, citados acima, demonstram um esforço em avançar com programas e políticas estaduais que fortaleçam o setor cultural. Ocorre que, com a ampliação de políticas públicas e do orçamento — e mesmo tendo ampliado a equipe — alguns programas e algumas ações e políticas do Governo Federal foram esquecidas ou descontinuadas, enquanto outras foram retomadas, mas não avançaram como deveriam. Um exemplo é o Programa Fundo a Fundo do Governo do Estado.

Porém, o aumento de equipe e de orçamento, em uma secretaria estadual que historicamente mantém um orçamento sub-representado, que não chega a 1% do

---

cao/html/lei127252025.html>.

orçamento total do Governo do Estado, não se traduz em grandes mudanças na vida dos trabalhadores da cultura. Mesmo que pareça abundante em políticas e recursos, a realidade de quem trabalha e vive da cultura não muda na materialidade da vida.

Isso se deve ao fato de que a Secretaria de Estado da Cultura, mesmo autônoma e em constante crescimento, não opera com estabilidade, nem com orçamento suficiente para produzir políticas públicas efetivas. Soma-se a isso a falta de diálogo com o setor cultural, uma recorrente insatisfação de representantes do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e dos trabalhadores da cultura, com tentativas de uma escuta que não acontece.

O governador Renato Casagrande merece o reconhecimento por criar demandas que sua equipe entendeu como importantes, mas também merece a cobrança por não criá-las com quem trabalha na (e com a) cultura, principalmente quando é designado às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e ao Setor Empresarial o planejamento, a criação e a gestão de políticas públicas culturais. Afinal, nessas condições, os interesses de mercado sempre estarão acima dos direitos da população.

RICARDO FERRAÇO (2026)

No curto período de Ricardo Ferraço (MDB), de abril a dezembro de 2026, as políticas foram mantidas. Algumas que perderam fôlego foram retomadas, mas, no geral, foi um governo de manutenção, uma vez que em grande parte desse período houve a tentativa de reeleger o atual governador. Normalmente, no ano

de encerramento de um governo, acontecem atrasos, foram registrados atrasos maiores que anos anteriores na operação dos editais do Funcultura, considerando a divulgação de resultados e repasses dos recursos.



CONCLUSÃO

Trazer um breve resgate histórico do que aconteceu com a Cultura, no Espírito Santo, a partir das interferências das decisões políticas das gestões que assumiram o comando do Estado nos últimos 23 anos, é um esforço necessário para mensurar o quanto uma decisão equivocada, determinada a exonerar todos os comissionados, pode provocar no setor cultural capixaba. Compreendo que se trata da exoneração de pessoas que, em muitos casos, operam a máquina pública por muito tempo em uma Secretaria que nunca realizou concurso público e com equipe qualificada e numerosa em postos de trabalho sem estabilidade.

O desejo era começar o ano de 2027 com as energias voltadas para o avanço, para a aprovação da PEC da Cultura[32] — a PEC 150/2003 —, estabelecendo um piso mínimo e permanente, no orçamento dos entes federativos para a Cultura. Mas os desafios nos apresentam um olhar de retrocesso, e já para o dia 06 de janeiro de 2027.

---

32 A proposta prevê 1% para os municípios, 1,5% para os estados e o Distrito Federal e 2% para a União, incluindo os repasses federais para estados e municípios, com variações de 20% a 30%. Um Projeto de Emenda Constitucional que ainda precisa ser melhor analisado e debatido, e que pode contribuir na ampliação do orçamento da cultura e ainda fortalecer o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=620527>.

Mudanças de gestão política trazem mudanças estruturais e organizacionais. E isso é esperado, assim como a redução no orçamento ou o "congelamento" nos recursos, práticas adotadas por outras gestões, em seus primeiros anos de comando no Governo do Estado. Mas algumas mudanças podem causar reações maiores que esperadas, o que resultaria em uma sequência de falhas e ingerências capazes de reduzir a autonomia da Secult-ES, tanto no andamento dos serviços públicos disponibilizados pelo Estado, quanto no acompanhamento de políticas públicas que envolvem terceiros: a exemplo dos projetos aprovados nos editais do Funcultura ou na LICC, além dos repasses do Fundo a Fundo às ações municipais, assim como nas gestões realizadas pelas OSCs.

Para dar o passo e seguir com o plano é importante saber o tamanho da própria perna, conhecer a realidade do Estado que será governado e do setor cultural: atualmente, 40,8% da equipe da Secult-ES é composta por cargos comissionados, e o restante são estagiários, contratos temporários e muitos servidores efetivos fazem parte da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo (Oses), não atuam na gestão das políticas públicas.

Em 2015, cortar 20% das despesas com a redução no número de cargos comissionados e reduzir em 75% o orçamento de um mecanismo de financiamento foram suficientes para ter uma secretaria estadual ocupada por dias. Imagine o que pode ocorrer com a exoneração total dos comissionados ou com a possibilidade da criação de um secretaria estadual mista, extinguindo a Secretaria de Estado da Cultura? E nem estamos falando de manifestações.

O governador eleito parece não acessar a memória de sua própria atuação à frente da Prefeitura de Vitória, quando as políticas culturais sofreram descontinuidade, um ex-secretário Municipal de Cultura foi exonerado, trabalhadores da cultura processados, além de um longo período de manifestações que resultaram na criação do Grito da Cultura — movimento das trabalhadoras e trabalhadores das artes e da cultura — e de um enorme desgaste, ao longo da gestão.

Os dados revelam a inviabilidade da medida, a história mostra que em 2015 um corte de gastos provocou uma grande ruptura e a experiência do governador eleito provocou um enorme desgaste em 2022. É desafiador acreditar que a decisão é meramente técnica e fruto de um estudo.

Se a proposta da equipe de transição de Lorenzo Pazolini (Republicanos), governador eleito em 2026, for concretizada em janeiro de 2027, a Cultura para. O andamento de programas, leis e editais dependem de experiência com a máquina pública. Trabalhadores podem ter repasses atrasados, muitas pessoas que vivem da cultura podem ficar impedidas de trabalhar, e ainda há o risco dos espaços culturais geridos pelo Estado ficarem fechados. Não haverá pessoal suficiente para dar conta do Theatro Carlos Gomes, do Museu de Arte do Espírito Santo (Maes), da Galeria Homero Massena. Também não haverá servidores públicos estaduais acompanhando os trabalhos realizados pelas

OSCs no Parque Cultural Casa do Governador, no Cais das Artes ou no Palácio Anchieta. E os repasses federais sofrerão com a descontinuidade.

Ir por esse caminho pode significar a descoberta de uma perna que é menor que o passo que pretende ser dado. Ou chancelar uma incógnita que já paira nas cabeças de quem vive de e pela cultura no Espírito Santo: a decisão exclusivamente política de atacar o setor cultural capixaba. Esvaziar a Secult-ES é enfraquecer os sistemas que vivem com ela, promovendo a descontinuidade de políticas públicas conquistadas por décadas de lutas, negociações e muito diálogo.

Sufocar é uma saída corriqueira de quem escolhe aniquilar. E enfraquecer a Secult-ES é sufocar a cultura do Espírito Santo. Pior: é sufocar quem vive de Cultura no Espírito Santo. Nas relações de trabalho, o lado mais fraco é quem recebe o peso da corda quando ela arrebenta. E em meio a uma previsão de instabilidade e fragilidade nas políticas públicas culturais do Espírito Santo, em consequência às decisões arbitrárias de enfraquecimento do funcionamento da secretaria estadual, cairá sobre os ombros do trabalhador da cultura o peso sentenciante de quem não absorve o alcance econômico e social desse setor.

Lembrem-se disso: cultura é economia, é política, é cidadania, é diversão, é educação, é saúde, é segurança, é assistência social, é direitos humanos, é tecnologia, é ciência, é lazer e é trabalho.

Se o governador eleito não ouvir o grito ecoado no passado, terá que lidar com a presença de um GRITO ainda maior no futuro.




CARAVANAS


GRITO DA

OBSERVATÓRIO
GRITO DA CULTURA

REALIZAÇÃO:

CUCA
ASSOCIAÇÃO CULTURA CAPIXABA

GRITO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO